SÍNODO
ARQUIDIOCESANO
OLINDA E RECIFE
2024 - 2026

Relatório Final

Igreja da Palavra, da Oração,

da Caridade e da Missão

"Para que todos sejam um" (Jo 17,21)

Olinda e Recife • 2026

Introdução

1. Ao celebrar os 350 anos da Diocese de Olinda, a Igreja de Olinda e Recife é convidada a fazer memória agradecida de sua história e a olhar com esperança para o futuro. O Sínodo Arquidiocesano, aberto solenemente em 26 de outubro de 2024, foi convocado neste horizonte: escutar nossa realidade, reconhecer os sinais dos tempos e procurar juntos os caminhos de renovação pastoral e missionária.

2. Com o tema “Olinda e Recife: Igreja da Palavra, da Oração, da Caridade e da Missão” e o lema “Para que todos sejam um” (Jo 17,21), o processo reuniu escuta, formação, oração, avaliação e elaboração de propostas. Organizou-se em etapas paroquial, vicarial e arquidiocesana, procurando levar a experiência das comunidades ao discernimento de toda a Igreja particular. Sua finalidade, conforme afirmava o Regimento, é auxiliar o Arcebispo no governo pastoral e administrativo, a serviço da missão evangelizadora.

3. Este Documento Final recolhe a memória do percurso, apresenta os apelos reconhecidos na escuta, indica as conversões necessárias e organiza caminhos para a ação pastoral. Está dividido em quatro partes: o caminho que percorremos; o que o Espírito diz à nossa Igreja; a Igreja que somos chamados a ser; e os caminhos que escolhemos. O texto não pretende encerrar o processo sinodal. Seu objetivo é favorecer a recepção do caminho vivido e preparar a elaboração do novo Plano Arquidiocesano de Pastoral.

PARTE I – O CAMINHO QUE PERCORREMOS

Uma Igreja de memória e esperança: 350 anos de evangelização

4. Ao celebrar os 350 anos da Diocese de Olinda, fazemos memória de uma história de evangelização construída por muitas gerações. Bispos, presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas, leigos e leigas transmitiram a fé, formaram comunidades, celebraram os sacramentos e testemunharam a caridade. A presença da Igreja entre nós está ligada à vida, à cultura, às alegrias e às dores do povo pernambucano.

5. Essa memória não é apenas motivo de gratidão. Ela também nos convida a reconhecer limites, omissões e desafios ainda presentes em nossa caminhada. A fé recebida é uma herança viva: pede fidelidade ao Evangelho e abertura às necessidades de cada tempo. O testemunho que devemos dar, em consonância com essa memória, recorda de modo especial a proximidade entre o anúncio de Jesus Cristo e o compromisso com a dignidade humana.

6. O jubileu encontra, assim, no Sínodo uma expressão concreta. Agradecer o caminho percorrido é perguntar o que precisamos preservar, renovar e iniciar. Não celebramos somente o passado de nossa Igreja; renovamos o compromisso de continuar sua missão com unidade, coragem e esperança.

A convocação e as etapas do caminho sinodal

7. O Sínodo Arquidiocesano foi convocado pelo nosso Arcebispo, Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, e aberto em 26 de outubro de 2024, no Santuário Mãe Rainha, em Ouro Preto, na cidade de Olinda. O percurso procurou fortalecer a comunhão, estimular a corresponsabilidade de todos os batizados e identificar caminhos para a conversão pastoral. Seu planejamento previu uma preparação formativa e três etapas articuladas: paroquial, vicarial e arquidiocesana. Esse é, inclusive, um fruto que devemos reconhecer: vimos que, quanto mais articulados são os processos, mais profundidade conseguimos encontrar nos resultados para a missão.

8. Na etapa paroquial, entre o fim de 2024 e maio de 2025, as comunidades foram chamadas a examinar sua vida e missão e a produzir relatórios. Na etapa vicarial, as contribuições das paróquias foram reunidas para reconhecer forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, segundo a metodologia FOFA (SWOT). A etapa arquidiocesana, iniciada no planejamento em setembro de 2025, voltou-se ao estudo das sínteses, ao debate das propostas e à identificação de prioridades para toda a Igreja particular.

9. Encontros de formação, oração e conversação espiritual procuraram sustentar esse caminho. O calendário de 2026 previu assembleias temáticas e a entrega do relatório ao Arcebispo, em sintonia com o jubileu. As etapas tiveram uma mesma finalidade: partir da vida concreta das comunidades para discernir, em comunhão, os passos necessários à missão. De fato, podemos testemunhar aquilo que o papa Francisco insistentemente recordou à Igreja: “a realidade é superior à ideia” (EG 231). Sem dúvidas, é necessário almejar grandes ideias e projetos, mas sempre partindo da realidade mais concreta dos fiéis e da própria sociedade.

Uma Igreja que se põe à escuta

10. Escutar foi uma das experiências centrais do Sínodo. A escuta sinodal vai além de recolher opiniões: exige atenção à Palavra de Deus, disponibilidade interior e respeito à experiência dos outros. Por isso, a oração e a conversação espiritual estiveram presentes na formação dos delegados, recordando que o discernimento não se reduz a uma disputa de ideias, mas em um diálogo que "que procura ler os sinais dos tempos à luz do Evangelho" (MH 42).

11. O caminho procurou acolher a contribuição de paróquias e vicariatos, e, também, de diferentes sujeitos eclesiais, entre eles a vida religiosa e consagrada, as novas comunidades, as confrarias e irmandades e instituições como a Rádio Olinda. As sínteses disponíveis revelam desejo de comunhão e participação, mas também dificuldades de integração, comunicação e reconhecimento mútuo. Escutar significou trazer essas experiências à luz, sem desprezar as diferenças e nem reduzir a diversidade a obstáculos.

12. O primeiro fruto da escuta é reconhecer que pertencemos uns aos outros e partilhamos a mesma missão. Uma Igreja sinodal não apenas consulta seus membros em determinados momentos; aprende a cultivar relações nas quais cada pessoa possa falar, ser ouvida e participar de maneira responsável da vida comunitária. Nesse sentido, reconhecemos que a nossa Igreja particular deve assumir, cada vez mais, a sinodalidade como o seu jeito próprio de caminhar.

O rosto atual da Igreja de Olinda e Recife: luzes, feridas e sinais dos tempos

13. As sínteses dos vicariatos mostram uma Igreja viva, com ampla presença de paróquias, pastorais e movimentos, catequese atuante, celebrações sacramentais, iniciativas de caridade e conselhos já presentes em muitas comunidades. Destacam a fidelidade de sacerdotes e diáconos, o crescimento da corresponsabilidade leiga e a participação de jovens em ações de música, comunicação e missão. A vida religiosa contribui de modo decisivo em setores como a educação, as obras sociais, a atenção a pessoas vulneráveis e experiência missionária. As novas comunidades oferecem diversidade de carismas, evangelização e também atenção aos pobres. As confrarias e irmandades permanecem como guardiãs e continuadoras de devoções históricas que influenciaram na formação da cultura pernambucana e nacional.

14. Entretanto, a mesma escuta aponta fragilidades. Há dificuldades na formação continuada de lideranças, na articulação entre pastorais e na integração de irmandades, confrarias novas comunidades e congregações à vida paroquial e arquidiocesana. Alguns territórios carecem de espaços adequados, de maior frequência celebrativa e de presença pastoral mais próxima. A comunicação nem sempre alcança, como desejamos, as pessoas, e muitas delas experimentam pouca participação ou sentido de pertença.

15. Foram também apontadas lacunas de acolhida e inclusão, especialmente de pessoas com deficiência, pessoas neurodivergentes, famílias em situações diversas e pessoas enlutadas. As juventudes pedem atenção particular, tanto pelo dinamismo que oferecem quanto pelo afastamento de muitos jovens da vida eclesial, sobretudo pelos desafios do nosso tempo, que tantas vezes lhes dificulta perceber, na Igreja, um lugar com que se identifiquem. A sobrecarga administrativa de presbíteros e as dificuldades ligadas à sustentabilidade pastoral e financeira também merecem atenção e cuidado.

16. Nosso território apresenta desafios sociais graves: pobreza, violência, desemprego e carências de saneamento, saúde e educação. Essas realidades não podem ser tratadas como algo exterior à missão da Igreja. Ao reconhecê-las, somos chamados a uma presença evangelizadora que una anúncio da fé, proximidade com as pessoas e compromisso com a dignidade humana. Este retrato não esgota a riqueza da Arquidiocese e nem desvaloriza as suas inúmeras e necessárias iniciativas para responder a essas questões, mas aponta para a necessidade de voltar sempre a essa reflexão de modo profundo e coerente com o Evangelho.

Da memória à profecia

17. A memória dos 350 anos e a escuta sinodal conduzem a uma mesma pergunta: o que o Senhor nos pede agora? O caminho realizado recorda que não basta conservar as iniciativas que já existem. É preciso fortalecer o que produz vida, enfrentar as fragilidades reconhecidas e abrir espaço para novas formas de presença e missão.

18. Entre os apelos mais recorrentes estão a formação permanente, a comunhão entre os sujeitos eclesiais, a presença missionária em áreas pouco assistidas, a acolhida das pessoas e famílias, o cuidado com as juventudes, a articulação das iniciativas sociais e a renovação dos processos de comunicação e planejamento. Tais apelos mostram que a conversão pastoral precisa alcançar atitudes, relações e estruturas.

19. Passar da memória à profecia é permitir que o Evangelho ilumine decisões concretas. O Sínodo não termina quando registramos o que ouvimos; ele se torna fecundo quando a escuta abre caminhos de conversão. É com essa disposição que nos voltamos ao discernimento teológico-pastoral sobre a Igreja que somos chamados a ser.

PARTE II – O QUE O ESPÍRITO DIZ À NOSSA IGREJA

20. “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7). Esse apelo ilumina o caminho sinodal da Arquidiocese de Olinda e Recife: somos uma Igreja chamada a escutar, discernir e acolher a voz de Deus na realidade em que vivemos. O próprio Senhor prometeu que o Espírito Santo recordaria aos discípulos seus ensinamentos e os conduziria à verdade plena (cf. Jo 14,26; 16,13). É nessa promessa que se fundamenta nossa confiança: o Senhor continua a orientar seu povo na compreensão e na vivência do Evangelho.

21. Nos Atos dos Apóstolos, essa condução assume a forma concreta do discernimento comunitário. Diante de uma questão decisiva para a missão, os apóstolos e os anciãos reúnem-se, escutam os testemunhos, interpretam os acontecimentos à luz das Escrituras e, com a comunidade, encaminham uma decisão (cf. At 15,6-29). Ao comunicá-la, afirmam: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós” (At 15,28). A ação do Espírito manifesta-se, assim, por meio da escuta, do diálogo e da responsabilidade daqueles que procuram reconhecer, juntos, a vontade de Deus.

22. À luz dessa experiência bíblica, as intuições e decisões pastorais amadurecidas no caminho sinodal podem ser reconhecidas como frutos do discernimento e mediações pelas quais acolhemos o que Deus diz à nossa Igreja Arquidiocesana. Isso acontece quando nascem da oração, da fidelidade à Palavra, da escuta recíproca e da atenção à realidade, em comunhão com o pastor da Igreja local. Por meio desse processo, os apelos percebidos na vida do Povo de Deus ganham expressão em orientações e compromissos para a missão.

23. Esse reconhecimento exige discernimento permanente. São Paulo recomenda acolher a ação do Espírito, examinar tudo e conservar o que é bom (cf. 1Ts 5,19-21). As decisões pastorais permanecem mediações humanas, cuja fidelidade deve ser verificada à luz do Evangelho e dos frutos que produzem. A comunhão, a caridade, a paz e o serviço ajudam-nos a reconhecer a ação do Espírito e a corrigir o que dela se afasta (cf. Gl 5,22-23).

24. Por isso, perguntar “o que o Espírito diz à nossa Igreja?” compromete-nos a transformar a escuta em conversão e o discernimento em escolhas concretas. Na Palavra, na Oração, na Caridade e na Missão, somos chamados a renovar a experiência da comunidade apostólica (cf. At 2,42-47), buscando a unidade pela qual Jesus rezou: “Para que todos sejam um” (Jo 17,21). As orientações sinodais encontram sua realização quando se tornam vida nas comunidades e inspiram o Plano Arquidiocesano de Pastoral, dando forma à nossa resposta ao Senhor.

PARTE III – A IGREJA QUE SOMOS CHAMADOS A SER

Conversão das relações: escuta, corresponsabilidade, ministérios, vocações, mulheres e juventudes

25. A primeira conversão pedida pelo caminho sinodal é a das relações. Nenhuma reforma pastoral será duradoura se não aprendermos a escutar, dialogar, reconhecer os dons dos outros e trabalhar em comunhão. Recordamos que "não estamos simplesmente próximos uns dos outros, mas confiados uns aos outros, para que cada um assuma, dentro das suas possibilidades, a vida e as feridas do irmão e da irmã" (MH 74). As formações do Sínodo, de fato, insistiram na corresponsabilidade que nasce do Batismo e alertaram para o clericalismo, o individualismo e a formação de grupos fechados que enfraquecem a unidade.

26. É necessário fortalecer relações de confiança entre bispos, presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas, leigos e leigas, ou seja, no interior de todo o Povo de Deus. Isso supõe valorizar ministérios e carismas, criar espaços efetivos – e por que não dizer afetivos – de participação, reconhecendo e ampliando, cada vez mais, o serviço das mulheres na vida e na missão da Igreja. A vida religiosa, as novas comunidades e as confrarias e irmandades, nessa mesma direção, recordaram de modo especial a necessidade de uma maior integração, diálogo e reconhecimento, sem perda de suas identidades próprias.

27. As juventudes precisam ser escutadas como sujeitos da vida eclesial, e não apenas convidadas a executar tarefas. Da mesma forma, a pastoral vocacional deve favorecer a descoberta e o acompanhamento das diferentes formas de chamado. As comunidades são convidadas a aperfeiçoar a acolhida das famílias, das pessoas com deficiência e neurodivergentes, das pessoas em situações afetivas e familiares complexas e de quem atravessa sofrimento ou luto.

28. Converter as relações significa passar de uma pastoral centrada em poucos para uma Igreja de vínculos, escuta e participação. O critério é simples: que cada pessoa possa encontrar uma comunidade na qual seja recebida com respeito e convidada a caminhar com os demais.

Conversão das estruturas: Cúria, vicariatos, paróquias, comunidades, conselhos e organismos

29. As estruturas da Igreja, de acordo com os processos de discernimento que realizamos, devem servir, cada vez mais, à comunhão e à missão. A escuta mostrou o valor das paróquias, dos conselhos, das comissões e dos organismos já existentes, mas também suas dificuldades de articulação. Renovar essas estruturas não significa multiplicar instâncias, e sim torná-las mais próximas, participativas, transparentes e capazes de responder às necessidades concretas do território.

30. Cabe fortalecer a comunicação e a cooperação entre Cúria, vicariatos, paróquias, pastorais, movimentos e vida religiosa, para citar apenas alguns setores de nossa Igreja. Conselhos pastorais e econômicos precisam funcionar como espaços reais de escuta, planejamento e corresponsabilidade, respeitadas suas competências. Além disso, vimos insistentemente a necessidade de uma ampla transparência na administração, e a formação para o cuidado dos bens comuns contribuem para a confiança e para a sustentabilidade da missão.

31. As necessidades territoriais também merecem atenção. Algumas comunidades enfrentam dificuldades de infraestrutura, distância ou acesso às celebrações; outras estão inseridas em áreas urbanas que mudaram rapidamente. A revisão de limites e a priorização de equipamentos pastorais apareceram nos relatórios com diferentes graus de convergência e exigem estudo situado, sem soluções uniformes.

32. A conversão das estruturas acontecerá quando nossas formas de organização se tornarem instrumentos de serviço, acolhida e evangelização, e não fins em si mesmas. Vale ressaltar, sempre e de novo, que a conversão das estruturas só é verdadeiramente possível se, antes, assumimos uma conversão pessoal e comunitária que busque com sinceridade a mudança de vida e de relações entre nós.

Conversão dos processos: planejamento, discernimento, decisão, formação, comunicação e avaliação

33. Além das relações e das estruturas, o Sínodo convida a rever a maneira como planejamos, discernimos, decidimos e avaliamos. A cultura sinodal não se resume a assembleias ocasionais: precisa tornar-se prática habitual nas comunidades e organismos da Arquidiocese. Este é um aspecto que foi permanentemente reconhecido como importante: a necessidade de tornar a sinodalidade o modo de ser e conduzir a nossa Igreja particular.

34. Isso pede processos simples e conhecidos por todos. O planejamento pastoral deve partir da escuta da realidade, estabelecer prioridades possíveis, definir responsabilidades e prever momentos de avaliação, afinal, não é suficiente dar início a processos, é necessário avaliar que resultados eles estão dando. A conversação espiritual pode ajudar a amadurecer o discernimento comunitário, sem substituir as competências próprias daqueles a quem cabem as decisões. Também é necessário comunicar com clareza o que foi decidido e prestar contas dos passos realizados.

35. Os relatórios insistem na formação permanente de catequistas, agentes, coordenadores e lideranças, bem como na articulação da Pastoral da Comunicação. Uma formação em rede, com itinerários acessíveis aos diferentes territórios, poderá fortalecer a participação e qualificar a missão. Da mesma forma, melhores canais de comunicação podem aproximar paróquias, vicariatos e organismos, valorizando tanto os encontros presenciais quanto as linguagens digitais.

36. Processos renovados ajudam a transformar boas intenções em ações verificáveis. Avaliar não significa apenas contar atividades, mas perguntar se nossas escolhas favorecem o encontro com Cristo, a vida comunitária e o serviço às pessoas.

PARTE IV – OS CAMINHOS QUE ESCOLHEMOS

As grandes prioridades sinodais da Arquidiocese

37. As sínteses reunidas apresentam convergências que podem orientar a definição das prioridades arquidiocesanas a partir de agora. Tais prioridades deverão ser confirmadas pelo próprio Arcebispo, cuja missão, neste caso, é presidir o Sínodo. Como base para esse discernimento, propõem-se sete eixos, formulados a partir dos temas mais recorrentes em nossas reflexões.

38. Formação permanente do Povo de Deus: Organizar percursos integrados de formação bíblica, catequética, litúrgica, pastoral e de lideranças, com atenção às diferentes realidades dos vicariatos e à iniciação à vida cristã.

39. Renovação missionária e presença territorial: Desenvolver um plano missionário que considere periferias, áreas rurais, novos conjuntos habitacionais, condomínios e locais com menor presença pastoral, favorecendo comunidades e equipes missionárias.

40. Comunhão, participação e corresponsabilidade: Fortalecer conselhos, instâncias de diálogo e a integração entre paróquias, pastorais, movimentos, vida religiosa e novas comunidades, valorizando os carismas e a participação dos leigos.

41. Acolhida, inclusão e cuidado: Qualificar a acolhida às famílias, casais em novas uniões, pessoas homossexuais, pessoas com deficiência e neurodivergentes, pessoas enlutadas e outras que enfrentam situações de vulnerabilidade, com formação adequada dos agentes pastorais.

42. Juventudes, famílias e vocações: Fortalecer itinerários de participação juvenil, acompanhamento familiar e animação vocacional, reconhecendo diferentes realidades, com seus desafios, e formas de presença na Igreja.

43. Caridade e compromisso sociotransformador: Mapear e articular as iniciativas de cuidado e promoção humana, fortalecendo a Doutrina Social da Igreja e a ação pastoral junto às pessoas em maior vulnerabilidade.

44. Comunicação, gestão e sustentabilidade pastoral: Aprimorar o planejamento, as redes de comunicação, a formação administrativa, a transparência e a cultura do dízimo a serviço da missão.

45. Esses eixos desejam expressar uma síntese daqueles grandes temas sobre os quais nos debruçamos, sem pretender, neste documento, atividades práticas, que deverão ser traçadas, a partir de agora, pelas comissões pastorais correspondentes. Reconhecemos que, na caminhada sinodal, ainda não fomos capazes de desenvolver a reflexão e ações em temáticas relacionadas à cultura, à educação e ao ecumenismo e ao diálogo interreligioso. Ressaltamos que estas são áreas fundamentais para o desenvolvimento pleno da nossa missão, e nos comprometemos a nos debruçarmos sobre elas e oferecer respostas aos seus apelos. O processo sinodal é também o exercício de humildemente reconhecer limites e dar início a novos processos.

Decisões e proposições do Sínodo

46. O Sínodo foi concebido para acolher a escuta do Povo de Deus e oferecer ao Arcebispo orientações para o governo pastoral da nossa Igreja particular. As medidas abaixo são aquelas que encontraram maior adesão junto aos delegados sinodais:

47. Estudar a criação ou o fortalecimento de uma Escola Arquidiocesana de Formação, articulada com os vicariatos e voltada à formação bíblica, catequética, litúrgica e pastoral.

48. Elaborar um plano missionário arquidiocesano, definindo territórios prioritários, formas de presença comunitária e meios de acompanhamento.

49. Organizar uma política pastoral de acolhida e inclusão, com orientação e formação para agentes, catequistas e equipes litúrgicas.

50. Promover uma articulação mais estreita das ações sociotransformadoras, com mapeamento das iniciativas existentes e estímulo à cooperação entre elas.

51. Fortalecer a pastoral das juventudes, das famílias e das vocações, com itinerários de participação e acompanhamento.

52. Reforçar o funcionamento dos conselhos e a integração dos diversos sujeitos eclesiais, valorizando a diocesaneidade e a pastoral de conjunto.

53. Aperfeiçoar a comunicação pastoral, a cultura do dízimo, os instrumentos de transparência e a formação para a gestão responsável.

Critérios para recepção, implementação e avaliação

54. Este Documento Final só cumprirá sua finalidade se for acolhido e traduzido em práticas concretas. Para isso, a recepção das orientações sinodais deverá envolver toda a Arquidiocese, respeitando as competências do Arcebispo, dos organismos de governo e das diferentes instâncias pastorais.

55. Cada prioridade aprovada seja acompanhada de um objetivo, uma instância responsável, etapas de execução, prazo indicativo e critérios simples de avaliação. As paróquias e os vicariatos precisam conhecer as orientações, discernir sua aplicação à realidade local e comunicar as ações realizadas. A escuta das comunidades deverá continuar durante a implementação, permitindo reconhecer dificuldades e corrigir percursos.

56. Alguns critérios devem permanecer constantes: fidelidade ao Evangelho; comunhão com a Igreja; atenção às pessoas mais vulneráveis; participação responsável; viabilidade dos meios; transparência na gestão; e avaliação periódica dos frutos pastorais. Mais importante que multiplicar iniciativas é sustentar processos capazes de produzir mudanças reais.

Do Documento Final ao novo Plano Arquidiocesano de Pastoral

57. O novo Plano Arquidiocesano de Pastoral será o instrumento chamado a traduzir as orientações sinodais em objetivos, ações, responsabilidades e prazos. Ele não deve repetir integralmente este Documento Final, mas transformá-lo em um caminho de execução compreensível para paróquias, vicariatos, comissões e demais organismos.

58. A elaboração do Plano deverá considerar as prioridades ratificadas, a diversidade dos territórios e os recursos disponíveis. Será importante distinguir compromissos comuns a toda a Arquidiocese das ações que precisarão ser adaptadas em cada realidade. A formação das lideranças, a articulação entre os organismos e o acompanhamento dos resultados serão condições importantes para sua fecundidade.

59. Assim, o Sínodo não ficará restrito à memória de suas assembleias. Seu fruto será percebido na medida em que nossas comunidades cresçam na comunhão, na participação, na caridade e na missão. A caminhada permanece aberta e nos pede perseverança, corresponsabilidade e confiança na ação do Espírito Santo.

Conclusão – Eis que faço novas todas as coisas (Ap 21,5)

60. À luz da promessa do Senhor – "Eis que faço novas todas as coisas" (Ap 21,5) – a Igreja de Olinda e Recife contempla com gratidão os 350 anos de sua história e os passos dados ao longo do caminho sinodal. Muitos homens e mulheres anunciaram o Evangelho antes de nós; a fidelidade de Deus que os sustentou permanece viva e nos chama a continuar sua missão.

61. O Sínodo ajudou-nos a reconhecer dons, feridas e apelos. A memória transformou-se em escuta; a escuta, em discernimento; e o discernimento pede agora escolhas e compromissos. Não esperamos que um documento, por si só, renove a Igreja. A renovação acontecerá quando nossas relações forem mais fraternas, nossas estruturas mais missionárias e nossas comunidades mais próximas daqueles que precisam de acolhida e esperança.

62. Confiamos ao Espírito Santo a continuidade desse caminho. Que Maria, Mãe da Igreja, e Santo Antônio, padroeiro da nossa Arquidiocese, intercedam por nosso povo. Que sejamos, verdadeiramente, uma Igreja da Palavra, da Oração, da Caridade e da Missão, capaz de testemunhar, em meio aos desafios do presente, a unidade pela qual Jesus rezou: "Para que todos sejam um" (Jo 17,21). Que os nossos olhos estejam fixos nessa meta.

Pe. Charles de Araújo Costa
Secretário Geral do Sínodo Arquidiocesano de Olinda e Recife
Coordenador Arquidiocesano de Pastoral